

A INCLUSÃO DE PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS NA EDUCAÇÃO REGULAR NA CIDADE DE CODÓ-MA

Alzineide Costa Guimarães (1); Raimunda Nonata dos Santos Ferreira (2); Maria Ednalva Lima e Silva (3); Sandra Regina Gomes Bonfim (4); Luís Henrique Serra (5)

- (1) *Universidade Federal do Maranhão – Campus VII, alzineidecosta1@outlook.com*
(2) *Universidade Federal do Maranhão – Campus VII, raymunda.ferreira@gmail.com*
(3) *Universidade Federal do Maranhão – Campus VII, ednalvalima100@outlook.com*
(4) *Universidade Federal do Maranhão – Campus VII, sandraregbonfim@gmail.com*
(5) *Universidade Federal do Maranhão – Campus VII, luis.ufma@gmail.com*

RESUMO: O artigo visa apresentar uma pesquisa realizada no município de Codó, município localizado ao leste do Estado do Maranhão. A pesquisa foi realizada no bairro Santo Antônio, no qual visitamos cinco escolas com intuito de saber se as mesmas recebem aluno com necessidades especiais. Assim, também, durante as visitas, procuramos avaliar a estrutura física da escola, como banheiros, salas de aulas, rampas, portas, etc., para sabermos se essas escolas têm uma estrutura que auxilie na acessibilidade de todos os alunos. Nesse sentido, é notável que, algumas das escolas visitadas não são adaptadas nem mesmo para o percurso casa/escola. A pesquisa é baseada em autores que discorrem sobre a temática, como Maechesi, Ferreira, Karagiannis, Stainback e Stainback entre outros pesquisadores da área. A pesquisa de campo se deu por visitas nos dias 11 e 12 de maio, e no dia 24 de junho do ano de 2017. Foi possível perceber também, com a pesquisa, que as escolas possuem alunos com deficiência, no entanto, dada a estrutura e o condicionamento desses alunos nessa estrutura, aceitam alunos com necessidades especiais apenas para cumprir a lei. No entanto, esses alunos estão apenas incluídos em ambiente escolar, deixando de participar ativamente das atividades desenvolvidas dentro de sala de aula, ou até mesmo na escola. Fora isso, é importante ressaltar que as escolas normais, anos passados, possuíam em seus terrenos pequenos prédios para o atendimento de alunos deficientes, conhecidas como casas vermelhas, após reformulações das leis, esses alunos passaram a adentrar nas salas normais junto com os demais alunos; outro fato importante notado durante a pesquisa é que os professores e gestores das escolas acabam por confundir alunos com dificuldade de aprendizagem com alunos com deficiências, sendo que a maioria dos alunos encontrados na pesquisa e que, segundo as escolas, possuem necessidades especiais, não possuem laudo médico que ateste essa deficiência.

Palavras-Chaves: Educação Inclusiva, Escolas Públicas, Portadores de Deficiência.

INTRODUÇÃO

Este trabalho visa apresentar uma pesquisa realizada em cinco escolas públicas do município de Codó-Ma. Por meio da pesquisa, buscamos verificar se as escolas do município de Codó, mais precisamente, do bairro Santo Antônio, possuem crianças com necessidades especiais. Nesse sentido, o principal objetivo da pesquisa é saber se os alunos estão incluídos ou apenas inseridos no ambiente escolar. Para a obtenção de dados, realizou-se uma visita e entrevista com os gestores das escolas do bairro, questionando-os se as escolas possuem alunos matriculados com necessidades especiais, e se eles estão incluídos, e não somente inseridos na escola, sendo somente participantes de sala de aula, mas, além disso, inseridos dentro das atividades desenvolvida em sala de aula. Este trabalho pretende apresentar, outrossim, como está sendo a inclusão de alunos especiais na rede de ensino regular do município.

Nesse sentido, partimos do pressuposto de que a Educação é um direito de todos e deve ser encaminhada no sentido do pleno desenvolvimento e do fortalecimento da personalidade para tornar as pessoas cidadãos capacitados para a plena vivência em sociedade, independentemente de ter deficiências ou não, ou seja, devem-se educar a todas as crianças em um mesmo contexto escolar, independentemente de sua condição física ou psicológica, resguardando, contudo, a condição de cada uma dessas crianças. Desse modo, apresentaremos algumas considerações e dados sobre a realidade do deficiente físico no município de Codó, Maranhão.

O trabalho pretende contribuir, com a apresentação de dados reais e reflexões, com a discussão sobre a inclusão de pessoas com deficiência no ambiente. Pretende refletir e mostrar que a escola, do contrário do que a grande maioria da população possa achar, pode ser um lugar de exclusão e que pode contribuir ainda mais com o afastamento do deficiente do meio social.

A INCLUSÃO EM SALA DE AULA: ALGUMAS QUESTÕES GERAIS

Segundo Marchesi (2004, p.15), “a educação especial viveu profundas transformações durante o século XX. Impulsionada pelos movimentos sociais que reivindicavam mais igualdade entre todos os cidadãos e a superação de qualquer tipo de discriminação”, nesse sentido, incorporou-se, aos poucos, no sistema educacional regular, a busca por fórmulas que facilitassem a integração dos alunos com alguma deficiência. Produzindo, com isso, uma reflexão no campo educativo de que a escola é também

responsável por esses alunos e pelos problemas de aprendizagem que eles apresentam (MARCHESI, 2004).

Segundo Karagiannis, Stainback e Stainback (1999 p.38), os professores das turmas do ensino “regular consideravam os professores que trabalhavam nas turmas de educação especial como detentores uma preparação especial e de uma habilidade especial para o trabalho” o que acabou sendo uma desculpa para muitos professores se interessarem pelo ensino inclusivo. E argumenta ainda que os alunos com deficiências e os professores especializados que estavam em uma escola regular era um grupo à parte, mas de muitas maneiras não eram partes dela, foi justamente esse tipo de pensamento que, “levou a criação de que poderia ser chamado de “pequenos prédios escolares vermelhos para alunos considerados excepcionais” dentro de terrenos das escolas regulares (KARAGIANNIS, STAINBACK E STAINBACK, 1999, p. 38).

Para Karagiannis, Stainback e Stainback (1999, p.40), no final da década de 1970 e no início da década de 1980, muitos alunos com deficiência começaram a ser integrados em classes regulares, pelo menos por meio turno. Segundo Ferreira (2006, p. 87), “a educação especial constou como área prioritária nos planos setoriais de educação, após a Emenda Constitucional de 1978 e a Lei nº 5.692/71, de reforma do 1º e 2º graus”, sendo definidos normas e planos políticos em âmbito nacional para o ensino, como as definições do Conselho Federal de Educação sobre a educação escolar dos excepcionais, bem como as resoluções dos Conselhos Estaduais de Educação sobre as diretrizes de educação especial, como a criação de setores de educação especial.

Assim também houve uma “evolução” no tratamento da denominação desses alunos. De acordo com Ferreira (2006, p. 93), a denominação dessa classe de alunos passou por inúmeras transformações que têm a ver com a forma com a qual eles eram entendidos pelo sistema educacional. Nesse sentido, esses alunos foram denominados por “os deficientes”, em 1978, “os portadores de...” em 1988, “as pessoas portadoras de...” em 1989”, conforme consta nos documentos e ementas oficiais do governo, como Constituição Federal e as Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Atualmente, oficialmente, adota-se a terminologia “portadores de deficiência” nos documentos oficiais e em trabalhos acadêmicos (FERREIRA, 2006). Ainda de acordo com Ferreira, “os portadores de deficiência” apontam para o problema de definir, no âmbito da legislação educacional, quem serão os alunos beneficiários dos serviços da educação especial. O conceito de necessidades

especiais tira o foco das condições ditas deficientes, como consta nos documentos oficiais, e mostrar uma visão mais processual e educacional, podendo dificultar a percepção de aspectos particulares da educação de pessoas com deficiência ou reforça a associação entre os problemas rotineiros da escola e dos serviços da educação especial.

É importante atentar para o valor que a escola tem no papel da inclusão dessas pessoas na sociedade. Muitas delas, por sentirem-se excluídas na escola, temem participar mais atividade do meio social, temendo serem excluídas dele também. Nesse sentido, o ideal é que a escola deva organizar-se e preparar-se para receber seus alunos que tenham necessidades especiais. Um primeiro passo nesse sentido seria a preparação e a conscientização dos outros alunos quanto às pessoas portadores de necessidades especiais. Trabalhos de respeito às diferenças e à diversidade é um trabalho que deve ser rotineiro e incentivado. Além disso, o ambiente escolar deve ser acolhedor, preparado visando às diferenças e às capacidades que os diferentes alunos possam apresentar, um planejamento sério e reflexivo, nesse sentido, que vise atividades inclusivas deve ser levado a cabo pelas escolas.

Partindo dessas considerações teóricas e gerais sobre a temática da inclusão de alunos deficientes no sistema educacional, buscamos agora expor os resultados da pesquisa feita no município de Codó do Maranhão que têm como temática a inclusão de pessoas portadoras de necessidades especiais, identificando quais as formas de tratamentos das escolas com as crianças com necessidades especiais no município.

METODOLOGIA

A pesquisa bibliográfica que fundamentou este trabalho foi feita em autores que abordam a temática da inclusão escolar, como Maechesi, Ferreira, Karagiannis, Stainback e Stainback entre outros pesquisadores da área. Em seguida, foi realizada a pesquisa de campo, no qual nos dispusemos a visita as cinco escolas do bairro Santo Antônio do município de Codó, sendo elas: a Unidade Municipal Estevão Ângelo de Souza; a Escola Municipal Carmen Palácio Lago; a Unidade Municipal Alexandre Costa; a Escola Municipal Catarina Moreira e o Centro Municipal Ensino Infantil Santo Antônio. As visitas correram nos dias 11 e 12 de maio de 2017. A última visita ocorreu no dia 24 de junho para saber se as escolas já haviam conseguido o interprete em libras para auxiliar os alunos surdos, tendo em vista que foi informado pelas escolas, quando indagadas acerca da presença de interpretes aos alunos surdos, que esses profissionais seriam contratados.

Elencamos um conjunto de questões que foram apresentadas aos gestores para que eles nos informassem sobre a condição das escolas diante desses temas que se relacionam com a inclusão. A seguir, apresentamos alguns pontos dessa questão que são relativas à população escolar de cada uma das escolas visitadas. Essas informações serviram para termos uma ideia geral sobre a situação das crianças deficientes nas escolas do bairro Santo Antônio. Essas são questões que foram conversadas com todos os gestores das escolas.

- A presença de alunos com as seguintes necessidades especiais;
 - Síndrome de Down;
 - Autismo;
 - Problemas de Audição;
 - Problemas de Visão;
 - Problemas Cognitivos.
- Quantidade de alunos matriculados na escola;
- Sexo;
- Idade ou faixa etária;
- Condições sócio-econômica;
- Nível de escolaridade;
- Zona urbana ou rural e;
- Estrutura física da escola.

Também buscamos saber se as escolas têm solicitado ajuda pela secretaria de educação, condições de melhoria para receber alunos com necessidades especiais.

A seguir, fazemos um relato acerca da situação dos alunos deficientes e da inclusão desses alunos nas escolas do município e dos dias das visitas feitas nessas escolas, apresentando algumas observações gerais sobre elas.

A REALIDADE DA INCLUSÃO NA SALA DE AULA DE CODÓ

Na **Unidade Municipal Estevão Ângelo de Souza** (dia 11), fomos recebidos pela diretora da escola. De acordo com a diretora, a escola atende cerca de 916 alunos, 419 no ensino fundamental menor no turno matutino, 417 no fundamental maior no turno de vespertino, e 80 alunos na turma do EJA no horário noturno. Além disso, há uma turma de reforço que funciona no contra turno, com seis alunos, um dos alunos tem Síndrome de

Down, e os outros cinco apresentam dificuldades de aprendizagem. De acordo com ela, além desses alunos separados para aprender no contraturno, também existem dois alunos matriculados com necessidade especial que frequentam os turnos regulares, sendo um parcialmente cego e outro surdo. Ainda segundo a direção da escola, esses alunos participam de turmas em horários normais e são todos do sexo masculino, com faixa etária entre 10 a 12 anos. Além dessa situação desses alunos, foi possível constatar que a estrutura do prédio da escola é pouco pensada para ser acessível: na entrada, há uma rampa para cadeirante e dentro a escola é cheia de degraus e não tem rampas, dificultando a movimentação e locomoção de um cadeirante dentro do âmbito escolar. De qualquer modo, não foi constatada a presença de pessoas portadoras de necessidades especiais motoras na escola. Além disso, a escola não tem profissionais qualificados para trabalhar com os alunos que possuem alguma necessidade especial citada acima, tendo em vista que os professores da escola não receberam e nem há planejamento para que eles recebam algum treinamento ou incentivo para que eles se especializem na área da inclusão escolar. Diante desse quadro, cumpre concluir que essa escola dificilmente atende, de maneira adequada, alunos com necessidades especiais, o que dificulta um melhor desenvolvimento intelectual e social desses alunos.

Escola Municipal Carmen Palácio Lago (dia 11): a escola funciona por dois turnos, do primeiro ao quinto ano, com cerca de 180 alunos matriculados. A escola apresenta uma estrutura pouco acessível a cadeirantes; os banheiros não apresentam alguma adaptação de acessibilidade, com cadeiras normais e salas pequenas demais. De acordo com a diretora, a escola tem dois alunos que aparentam apresentar alguma necessidade especial, mas ela não sabe dizer qual a necessidade que eles têm, sendo que a escola nunca recebeu nenhum laudo médico comprovando que eles possuem necessidades especiais ou não. Eles estão no terceiro ano do fundamental e tem 12 anos de idade; seus pais são de família humilde e os alunos participam das atividades normais com os outros alunos. A diretora informou ainda que eles não têm alguma relação de amizade com os demais alunos, além de apresentam dificuldade de aprendizagem. Esses são, de acordo com as informações colhidas nessa escola, as únicas pessoas com necessidades especiais matriculadas na escola.

Unidade Municipal Alexandre Costa (dia 12), nessa escola, a visita foi mediada pela vice-diretora da escola. De acordo com a gestora, a escola tem cerca de 369 alunos matriculados nos turnos matutino e vespertino: no matutino, funciona do terceiro ao quinto ano; no vespertino, a escola recebe turmas do sexto ao nono ano;

no período noturno, a escola ainda espera as matrículas para formar turmas do EJA. De acordo com as informações da vice-diretora e como foi observado durante a visita, a escola tem salas com capacidade para 30 a 35 alunos. No entanto, foi observado que, em algumas salas de aula, existe superlotação contendo mais de 35 alunos, chegando até a 45 alunos nessas salas. A escola tem dois alunos portadores de necessidades especiais, uma que está no sétimo ano e estuda lá desde o quarto ano e tem 14 anos de idade. A gestora informou que a aluno provém de família humilde e tem dificuldade de interação com a turma. No início do semestre, a aluna se recusava a participar das atividades de sala de aula, no entanto, atualmente, se sente mais à vontade e já começa a ter alguma interação com outras pessoas de sua turma. Nesse caso, a escola ainda não recebeu nenhuma comprovação médica de que realmente ela tenha alguma necessidade especial intelectual, mas sua dificuldade de interação é bastante perceptível. No nono ano do vespertino, encontramos um garoto de 16 anos de idade. Vem de família de classe média e diz que a família é bastante participativa e vem reclamando o direito do garoto de ingressar na rede de educação regular e de qualidade. O garoto é deficiente auditivo, comprovada por laudo médico. Ele estudava em uma outra cidade, na qual ele tinha o acompanhamento de uma interprete de libras em sala de aula, realidade bastante diferente da cidade de Codó-Ma, onde, embora ele consiga acompanhar todas as atividades mesmo sem interprete na sala de aula, ele apresenta algumas dificuldades. Seus pais têm conhecimento de seus direitos, e estão cobrando da escola um interprete de libras para sala de aula, pois os professores não possuem nenhuma formação para atendê-lo. A gestora da escola informou que já solicitou o pedido, tanto de materiais como também de professores para se trabalhar com alunos que tenham necessidade escolar, no entanto, a escola ainda não teve nenhum retorno da secretaria de educação. O prédio da escola possui rampas e banheiros acessíveis, as salas são espaçosas, sendo todo o prédio visivelmente acessível. No dia 24 de junho de 2017, voltamos à escola para concluir a pesquisa e na visita, constatamos que, o aluno está incluído e não mais inserido, pois já existe uma professora interprete em libras para eles e outros alunos surdos.

Escola Municipal Catarina Moreira (dia 12), a escola funciona do primeiro ao quarto, com cerca de 195 alunos matriculados, sendo 93 no turno vespertino, e 102 no turno matutino. A faixa etária dos alunos é de 6 a 11 anos de idade. Foi entrevistada a assistente da administração da escola, pois a diretora estava ausente. Segundo a assistente, há um aluno aparentemente com certa necessidade especial cognitiva, sem comprovação de laudo médico e também sem nenhum relato da família sobre essa possível

problemática. O aluno tem 8 anos, a mãe já é falecida e ele não conhece o pai. Essa situação, juntamente com a cegueira, de acordo com a assistente, pode ser o agravante que tenha influenciado no seu pouco desenvolvimento, não somente na aprendizagem, mas também, com a interação com outros alunos, que ele não tem com os outros colegas de sala. As implicações das gestoras são apenas suspeitas, pois nada é comprovado ainda por meio de laudos ou consultas. Foi observado, na estrutura da escola, durante a visita, que o prédio não é acessível, possuindo apenas uma rampa no portão de entrada, os banheiros não são acessíveis e a entrevistada afirmou que seria praticamente impossível incluir alunos que possuam alguma necessidade especial, muito embora admita que fosse possível nas salas de aula que parecem ter uma estrutura mais adaptada e maior.

Centro Municipal de Ensino Infantil Santo Antônio (dia 12) essa é a creche do bairro e trabalha apenas com a educação infantil. Durante a visita, quem nos auxiliou foi a diretora com as informações da creche. De acordo com a gestora, a creche tem 215 alunos matriculados, 95 alunos no matutino e 120 no vespertino, na faixa etária de 3 a 5 anos. De acordo com as informações colhidas nessa creche, no maternal, onde estudam crianças de três anos, está matriculado um aluno com laudo afirmativo de portador de crise epilética e problemas no desenvolvimento da fala. A professora da criança não tem um auxiliar de turma e nem experiência com essa situação, o que faz com que a mãe da criança não se sente segura e acompanha o filho todos os dias na sala de aula, dificultando assim o trabalho da professora que não tem liberdade para incentivar o aluno na interação com os colegas de classe e no desenvolvimento de atividades durante as aulas. A diretora afirma que não há diferenças nas atividades realizadas em sala de aula para esse aluno e que o prédio da escola possui estrutura para receber alunos com qualquer uma dessas dificuldades e/ou deficiências colocadas a ela, porém, o que falta é material didático para desenvolvimento de atividades com os mesmos e um profissional qualificado para atuar com esses alunos, o que mostra que a escola não está tão preparada conforme afirmou a gestora.

Dentro as cinco escolas, na questão de receber cadeirantes, banheiros acessíveis e rampas de acesso, a escola Alexandre Costa atende esses requisitos, a outras deixam a desejar, porém quando entra na questão de incluir os alunos, nenhuma das escolas conseguiram preencher esse requisito por falta de haver estrutura e de professores capacitados para atender esse público de alunos especiais.

Em todas as escolas, há alunos que aparentam necessidades especiais, porém, não há laudos que comprovem. A maioria dessas pessoas apresenta dificuldades de aprendizagem, o que podemos perceber é que os gestores acabam confundindo dificuldades de aprendizagem com deficiências. Segundo a pesquisa, apenas três escolas apresentaram alunos com alguma necessidade especial comprovada, Unidade Municipal Estevão Ângelo de Souza, que tem aluno portador da síndrome de Down, Alexandre costa, deficiência auditiva, e a creche Santo Antônio, que tem um aluno com crise epilética.

Conforme foi possível perceber durante as visitas de observação nas escolas infantis do bairro Santo Antônio, as crianças portadoras de alguma necessidade especial podem encontrar algumas dificuldades para o desenvolvimento do aprendizado, tendo em vista que são muitos os problemas encontrados pela escola para atender, confortavelmente, a todo o público escolar. Escolas com degraus e sem rampa, com uma ou outra rampa não podem ser consideradas inclusiva porque, além da estrutura, como se sabe, muitas são as necessidades dos alunos com alguma deficiência da ordem do físico e/ou do intelectual. Por outro lado, muitos alunos portadores de alguma necessidade especial mental ainda aguardam laudos médicos que comprovem sua condição, o que pode atrasar ainda mais o desenvolvimento intelectual e a relação dessas crianças com o universo social que lhes ronda, tendo em vista que qualquer ação para o melhoramento da situação dos alunos na escola deve ser feita a partir de uma comprovação médica da condição desses alunos. Retomamos as considerações iniciais deste estudo, nas quais defendemos que a escola deveria ser o local em que o preconceito e os mitos sobre as pessoas portadoras de alguma necessidade especial deveriam ser desfeitos, é necessário que o sonho de uma escola que, de fato, inclua, pense na pessoa portadora seja logo concretizado, tendo em vista que, quando mais tempo adiarmos essa meta, mais teremos preconceitos e exclusão nas escolas brasileiras. Por enquanto, a partir das observações realizadas por nós nas escolas do bairro Santo Antônio e a partir de outras realidades da escola brasileira, ainda precisamos de muito para realmente implementar a socialização das pessoas portadoras de algumas necessidade especial.

De acordo com o atual Plano Nacional de Educação vigente no Brasil, para o ano de 2029, a educação escolar das pessoas portadoras de algumas necessidade especial, no Brasil, deve ser

Universalizar, para a população de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados (BRASIL, 2017, p. 23).

Pelo menos, nas escolas visitadas por nós, essa é uma realidade bem distante e que, portanto, deve ser discutida e realizada por gestores, escolas e sociedade, caso queiramos que nossos alunos portadores de alguma necessidade especial possam ter algum acesso ao conhecimento e a socialização, que é direito de todos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É possível concluir, por meio desta pesquisa, que as escolas recebem alunos com necessidades especiais apenas com o intuito de cumprir a lei que garante o direito de todos a educação escolar e para não deixar as crianças sem escola, atendendo, parcialmente, determinações do CF/88 pela lei de nº 7.853/89 e o decreto de nº 3.298/99, que garantem o atendimento educacional e especializado, para os portadores de diferentes necessidades: física, auditiva, visual, mental e múltipla, dentro do espaço institucional, sendo preferencialmente na rede de ensino regular (FERREIRA, 2006, p. 94). Porém, o que se observa é que esses alunos são apenas inseridos no espaço escolar e não incluídos, percebemos também que as escolas visitadas não possuem estruturas físicas e nem profissionais qualificados para o desenvolvimento educacional desses alunos, como citamos acima nos casos relatados. Salientamos também que, nas Diretrizes Nacionais para Educação Especial – CNE/2001, “o atendimento deve ser realizado em classes comuns, em qualquer etapa ou modalidade da educação básica” (FERREIRA, 2006, p. 96), sendo apenas necessário a criação de classes especiais nessas escolas se for o caso de “(...) extraordinariamente para o atendimento em caráter transitório a alunos que apresentem dificuldades acentuadas de aprendizagem ou condições de comunicação e sinalização diferentes e de demanda apoios intensos e contínuos” (FERREIRA, 2006, p. 96). Além disso, o que percebemos é que as escolas ainda têm uma visão muito problemática sobre as necessidades especiais, confundindo muitas vezes com dificuldade de aprendizagem, como dito acima. Nesse sentido, para a criação de uma turma na qual se tenha alunos com Síndrome de Down com outros alunos que supostamente têm dificuldade de aprendizagem, é necessário ter na escola além de um profissional de educação especial, a

visita de um psicopedagogo ou um médico para que se possa identificar quais as reais dificuldades dessas crianças com maior clareza.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, Secretaria de Educação Continuada, alfabetização e diversidade. **Nota Técnica:** avaliação técnica da meta 4 prevista no projeto de lei ordinária nº 8.035/2010, denominado Plano Nacional de Educação, correspondente ao decênio 2011-2020. Brasília: Secretaria de Educação Continuada, alfabetização e diversidade, 2017.

FERREIA, Júlio Romero. Educação especial, inclusiva e políticas educacionais: notas brasileiras. In: RODRIGUES, D. (Org.). **Inclusão e educação:** doze olhares sobre a educação inclusiva. 1ed.São Paulo: Summus, 2006, v. 1, p. 85-113.

KARAGIANNIS, Anastasio; STAINBACK, Susan; STAINBACK, William. Visão geral histórica da inclusão. In: STAINBACK, Susan; STAINBACK, William. **Inclusão:** um guia para educadores. Porto Alegre: Artmed, 1999. p. 35- 47.

MARCHESI, Álvaro. Da linguagem da deficiência às escolas inclusivas. In: COLL, César; MARCHESI, Álvaro; PALACIOS, Jesús. **Desenvolvimento psicológico e educação:** transtornos do desenvolvimento e necessidades educativas especiais. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004. p. 15-30.